



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**PROJETO DE LEI Nº 324/2016**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 0002597  
Data: 26/10/2016 Horário: 16:30

Legislativo -

**DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS A  
SEREM ADOTADOS PELOS ATUAIS E  
FUTUROS CHEFES DE GOVERNOS  
ESTADUAL E MUNICIPAIS,  
OBJETIVANDO GARANTIR FIEL E  
COMPLETA OBSERVÂNCIA DOS  
PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE E  
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL,  
POR OCASIÃO DA TRANSMISSÃO DE  
MANDATOS.**

**Art. 1º.** O Governador do Estado e os Prefeitos que estão encerrando o mandato constituirão, nos órgãos que dirigem, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da divulgação do resultado definitivo dos respectivos pleitos pela Justiça Eleitoral, uma Comissão de Transição de Governo, com objetivo de transmitir aos candidatos eleitos informações, processos e documentos sobre o funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública correspondente, a fim de orientá-los na preparação dos atos e iniciativas de sua gestão.

§ 1º - O ato de constituição da Comissão deve ser publicado na Imprensa Oficial e no endereço eletrônico do órgão, visando possibilitar o exercício do efetivo controle social.

§ 2º - A Comissão será composta, obrigatoriamente, pelos Secretários de Controle Interno, de Fazenda e de Administração, ou por autoridades com atribuições equivalentes, e mais 3 (três) membros indicados pelos futuros mandatários, sob pena de nulidade do ato de constituição, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos ao erário, comprovadamente decorrentes da conduta omissiva da autoridade Sucedida.

§ 3º - Os membros da Comissão não serão remunerados pelo erário, em razão das atividades nela desenvolvidas.

§ 4º - Aos governos estadual e municipais em exercício incumbe garantir a necessária infraestrutura para a realização dos trabalhos da Comissão.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

§ 5º - A Comissão terá um coordenador indicado pelo candidato eleito, a quem compete requisitar informações, processos e documentos dos órgãos das entidades da Administração Pública estadual ou municipais, conforme o caso, inclusive os relativos às contas públicas, aos programas e projetos do governo que se encerra, não se admitindo a alegação de sigilo para obstar o acesso a qualquer informação.

§ 6º - Os trabalhos da Comissão encerrar-se-ão com a posse do Candidato eleito.

**Art. 2º.** A Comissão de Transição de Governo, constituída nos termos do artigo anterior, providenciará a requisição e apresentação dos seguintes documentos:

**I** - plano plurianual (PPA), lei orçamentária anual (LOA) e lei de diretrizes orçamentárias (LDO), para o exercício seguinte, esta última acompanhada dos anexos de metas e riscos fiscais, nos termos do artigo 4º da Lei Complementar no 101/2000.

**II** - demonstrativo dos saldos financeiros disponíveis, transferidos para o exercício que se seguir ao do ano da eleição, por fontes ou destinações de recursos, correspondentes a:

- a) termo de conferência de saldo em caixa, se existir,
- b) termo de conferência de saldos em bancos, relativo a todas as contas correntes e contas aplicação, e respectiva conciliação bancária;
- c) relação de valores pertencentes a terceiro regularmente confiados à guarda da Tesouraria (caução, cautelas e institutos congêneres).

**III** - demonstrativo dos restos a pagar referentes ao exercício financeiro findo e aos cinco anteriores, segregando os processados dos não processados, em ordem sequencial de número de empenhos emitidos por ano, contemplando-se as fontes de recursos, a classificação funcional programática, as respectivas dotações, os valores, as datas e os beneficiários dos créditos;

**IV** - relação dos compromissos financeiros de longo prazo decorrentes de contratos de execução de obras, consórcios, convênios e outros, discriminando o número do instrumento contratual, a data, o credor, o objeto, o valor e a vigência, bem como o nível de execução física e financeira da avença;



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**V** - cópias dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos quatro bimestres e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos dois quadrimestres/semestres, com todos os seus anexos obrigatórios, bem como das atas das audiências públicas realizadas e das respectivas publicações;

**VI** - inventários físico-financeiros atualizados dos bens móveis, imóveis e materiais de consumo em estoques, por órgão e entidades da Administração Indireta, levantados no mês antecedente à transmissão do mandato ou durante seu curso,

**VII** - relação do quadro de servidores existentes no mês antecedente à transmissão do mandato, discriminando nome, cargo/função, lotação e remuneração, abrangendo, necessariamente:

- a) servidores estáveis (artigo 19, ADCT/CF);
- b) servidores efetivos admitidos mediante concurso público;
- c) servidores lotados em cargos de provimento em comissão;
- d) servidores contratados por prazo determinado;
- e) servidores cedidos e os recebidos em cessão.

**VIII** - eventuais folhas de pagamento e outras vantagens não quitadas no exercício que se encerra e, em exercícios anteriores, inclusive as relativas a décimo-terceiro salário ou de planos de carreiras;

**IX** - relação de férias e licenças-prêmio, vencidas e a vencerem;

**X** - comprovante de que a Administração encontra-se regular quanto aos repasses devidos ao regime de previdência, geral e próprio;

**XI** - declaração assinada pelo mandatário atual, informando que:

a) não concedeu aumento de despesa de pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato (parágrafo único, art. 21, Lei Complementar no 101/2000);

b) não efetuou operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato (alínea b, inciso IV, art. 38, Lei Complementar no. 101/2000);





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

c) não contraiu obrigação de despesa sem disponibilidade financeira para seu pagamento nos dois últimos quadrimestres do seu mandato (art. 42, Lei Complementar no. 101/2000);

d) não realizou despesas sem prévio empenho, e que não há compromissos financeiros não contabilizados.

**XII** - relação dos procedimentos licitatórios em curso, incluídos os casos de dispensas e inexigibilidades;

**XIII** - relação dos contratos administrativos em execução, incluindo termos aditivos, com destaque para aqueles de natureza continuada e os que tiverem sua vigência expirada em até 90 (noventa dias) antes ou depois ao dia anterior à posse do eleito;

**XIV** - relação das atas de registro de preços gerenciadas vigentes,

**XV** - relação dos convênios, termos de parceria, contratos de gestão ou instrumentos congêneres vigentes;

**XVI** - processos de tomada de contas especial instaurados no exercício em curso e nos três anteriores;

**XVII** - avaliação atuarial do regime próprio de previdência do exercício anterior;

**XIII** - relação dos repasses constitucionais "duodécimos" a serem efetuados aos demais Poderes e órgãos autônomos, bem como das transferências legais e constitucionais a serem efetuadas aos Municípios, compreendendo todo o exercício após a transmissão de mandato;

**XIX** - informações referentes às ações judiciais em andamento, nas quais a Administração é parte (cíveis, trabalhistas, dentre outras), bem como aquelas que se encontrem em fase de cumprimento de sentença;

**XX** - relação dos concursos públicos, processos seletivos públicos ou processos seletivos simplificados em andamento;

**XXI** - relação dos assuntos de interesse do Estado ou municípios em tramitação juntamente a outros entes federados;



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**XXII** - legislação básica do ente público considerado e documentos correlatos, tais como:

- a) Constituição ou Lei Orgânica;
- b) Regimento Interno das Administrações Direta e Indireta;
- c) Leis de Organização do Quadro de Pessoal;
- d) Estatuto dos Servidores Públicos;
- e) Lei de Parcelamento do Uso do Solo e Código Ambiental;
- f) Lei de Zoneamento ou diploma normativo equivalente;
- g) Código de Ética ou diploma equivalente,
- h) Legislação tributária codificada;
- i) Plano Diretor, quando exigido por legislação específica;
- j) Plano de Mobilidade Urbana, quando exigido por legislação específica;
- k) Plano estadual ou municipal de Educação;
- l) Plano estadual ou municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- m) Relação dos projetos de lei em tramitação no Poder Legislativo;
- n) Termos de Ajuste de Conduta eventualmente firmados com o Ministério Público;
- o) Termos de Ajuste de Gestão, eventualmente firmados com o Tribunal de Contas do Estado;
- p) Planejamento estratégico e projetos das áreas finalísticas em andamento.

**XXIII** - relatório detalhado dos precatórios pagos e das dotações utilizadas (em caso de abertura de créditos adicionais), com as respectivas notas de empenho indicando os credores, a natureza dos créditos e a ordem cronológica dos títulos, bem como dos precatórios processados e não pagos;

**XXIV** - quaisquer outras informações, processos e documentos que forem de interesse da Comissão.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

§ 1º Para cada convênio em que a Administração Pública é concedente de recursos financeiros deverá ser informado, ainda:

a) se a respectiva prestação de contas lhe foi apresentada e, em caso positivo, se foi analisada e aprovada;

b) as providências adotadas com vistas à reparação de eventual dano, no caso da prestação de contas não ter sido apresentada ou ter sido reprovada.

§ 2º Para cada convênio em que a Administração Pública é beneficiária de recursos financeiros deverá ser informado, ainda:

a) o grau de execução do objeto avençado e de adimplência em relação à respectiva prestação de contas dos recursos financeiros recebidos;

b) a existência de processos de tomada de contas especial em curso propostos por concedentes.

§ 3º As informações, processos e documentos de que trata este artigo serão entregues à Comissão de Transição no prazo máximo de 15 (quinze) dias após sua constituição, e deverão estar atualizados até o dia anterior ao de sua entrega.

§ 4º É assegurado à Comissão obter posteriormente atualização das informações prestadas em função do exigido neste artigo.

§ 5º Ocorrendo a hipótese de não haver sido elaborado um ou mais balancetes do exercício financeiro, deverão ser apresentadas as relações discriminativas das receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, elaboradas mês a mês, acompanhadas de toda a documentação comprobatória pertinente.

**Art. 3º.** Caso não tenham sido elaborados os demonstrativos contábeis (anexos da Lei Federal no. 4.320/1964) e o balancete contábil do exercício findo, deverão ser apresentadas à Comissão de Transição as relações discriminativas das receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias, elaboradas mês a mês, acompanhadas de toda a documentação comprobatória.

**Art. 4º.** Sem prejuízo dos deveres e das proibições estabelecidas nos respectivos estatutos dos servidores públicos, os integrantes da Comissão de Transição deverão manter





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

sigilo sobre os dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação específica.

**Art. 5º.** As Comissões de Transição instituídas em cada Poder devem solicitar junto aos setores administrativos competentes as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado, em relação ao exercício findo e ao anterior, que tenham:

**I** - julgado as contas de gestão dos órgãos e/ou entidades em sede de prestação de contas, de tomada de contas ordinária ou de tomada de contas especial;

**II** - imputado débitos em face da constatação de danos ao erário;

**III** - julgado procedentes denúncias e representações relacionadas à gestão dos órgãos e/ou entidades;

**IV** - determinado medidas corretivas aos órgãos e/ou entidades, fixando prazo para o seu cumprimento;

**V** - recomendado aos Poderes Legislativos que determinassem medidas corretivas nos julgamentos das contas de governo dos Chefes dos Poderes Executivos.

**Art. 6º.** Todos os documentos elencados no artigo 2º desta Lei serão apresentados em papel timbrado e assinados, no âmbito de cada Poder, pelo atual Chefe, pelo Secretário - ou equivalente - da área fornecedora da documentação e pelo agente público responsável pelo setor financeiro, quando for o caso.

**Parágrafo único.** Alternativamente, os documentos do artigo 2º podem ser apresentados em meio digital, hipótese em que deverão ser assinados digitalmente, seguindo parâmetros usuais alusivos à segurança da informação. No caso de informações geradas e disponíveis em bancos eletrônicos de dados, poderão ser apresentados arquivos em meio magnético, desde que possível a verificação, a qualquer tempo, dos dados e dos responsáveis pela informação.

**Art. 7º.** A Comissão de Transição de cada um dos Poderes Executivos, atentando para a natureza dos documentos exigidos nesta Lei, deverá elaborar relatório conclusivo sobre as informações extraídas da respectiva documentação, encaminhando-o em conjunto com o



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

respectivo rol documental aos atuais e futuros mandatários, até o quinto dia útil após a posse do agente público eleito.

§ 1º Havendo sonegação de documentos e informações elencados nesta Lei, ou ainda, no caso de constatação de indícios de irregularidades ou de desvio de recursos públicos, a Comissão de Transição deve representar ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público estadual e federal, no que couber, detalhando circunstanciadamente a ocorrência, para adoção das providências cabíveis.

§ 2º O relatório de que trata o caput, deverá conter conclusões objetivas sobre a situação da gestão que se encerra, posicionando-se sobre os aspectos financeiros, orçamentários, operacionais/gerencias, patrimoniais e fiscais do Poder.

**Art. 8º.** A não constituição da Comissão de Transição de Governo, prevista no artigo 1º, bem como a não apresentação, ou a apresentação irregular, tardia e injustificada dos documentos e informações referidos no artigo 2º, pelo gestor cujo mandato se encerra, poderá ocasionar a rejeição de suas contas anuais referentes ao último exercício do seu mandato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

**Art. 9º.** Empossados nos cargos de Governador e de Prefeito são determinadas aos novos gestores as seguintes providências:

**I** - promover a alteração dos cartões de assinaturas nas agências bancárias e nos cartórios públicos;

**II** - proceder as alterações e/ou trocas de senhas em Bancos e em todas as demais entidades públicas ou privadas, nas quais a Administração mantenha registros cadastrais;

**III** - receber, mediante "recibo", até o quinto dia útil após a sua posse, os documentos, as informações e o Relatório conclusivo da Comissão de Transição de Governo anteriormente mencionados, ficando ressalvado que a exatidão dos dados, informações e números nele consignados será objeto de conferência posterior, e só então, validados;

**IV** - nomear Comissão Técnica Especial de Conferência, composta de pessoas de sua confiança, com a finalidade de conferir os documentos e informações apresentadas pela Comissão de Transição de Governo;





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**  
**GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

V - remeter ao Tribunal de Contas do Estado cópia do relatório conclusivo da Comissão de Transição de Governo.

§ 1º À Comissão Técnica Especial de Conferência referida no inciso IV Cabe:

a) conferir os saldos das disponibilidades financeiras remanescentes da gestão anterior, de caixa e/ou bancárias;

b) conferir os inventários de bens móveis, imóveis e materiais, para fins de emissão de novos Termos de Responsabilidade;

c) levantar os compromissos financeiros para o período do mandato seguinte,

d) conferir as demais informações apresentadas pela Comissão de Transição de Governo, de acordo com a priorização dada pelo novo mandatário;

e) emitir Relatório Final atestando a validade, ou a invalidez total ou parcial, das informações prestadas pelo gestor, cujo mandato se encerra, constantes no Relatório da Comissão de Transição de Governo.

§ 2º Após a posse, e na eventualidade de constatação de irregularidades, ou de desvio de recursos públicos, o mandatário empossado deve representar os fatos ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público estadual ou federal, no que couber, para adoção das providências legais.

**Art. 10.** A prestação de contas do exercício que se finda deve ser elaborada e apresentada pelo gestor sucessor, não lhe cabendo responsabilidade pelos atos praticados pelo mandatário anterior.

**Art. 11.** É ainda facultado aos mandatários sucedidos, a qualquer tempo, o acesso a todas as informações e documentos que representem os atos praticados em sua gestão, obrigando-se o titular da gestão sucessora à entrega de cópias de documentos eventualmente Solicitadas.

**Art. 12.** O descumprimento injustificado dos termos desta Lei implica em comunicação para os órgãos competentes, para a adoção de medidas corretivas e sancionatórias cabíveis, previstas em lei.



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**Parágrafo único.** São responsáveis pela providência prevista no caput o Chefe, atual ou futuro, do Poder, cujo mandato esteja sob transmissão, bem como o respectivo responsável pela Unidade de Controle Interno, sob pena de corresponsabilidade.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ,**  
\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2016.

  
**JÓ PEREIRA**

**Deputada Estadual**



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

**FUNDAMENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2016**

A euforia da vitória nas eleições, muitas vezes, faz com que os eleitos, se despreocupem temporariamente, mas isso é um equívoco, pois para o encerramento de cada exercício financeiro, principalmente no último ano de mandato, exige uma série de providências a serem adotadas e uma maior atenção de todos aqueles que lidam com a Administração Pública.

Trazendo tal contexto, para os sucessores “novos gestores”, o trabalho inicia antes da posse, pois o trabalho de governar começa antes do seu mandato. Pois o mesmo deve formar uma equipe, para assessorá-lo, na análise do relatório de situação administrativa municipal, que deve ser entregue, ao novo pleito 10(dez) dias, após a proclamação do resultado da eleição pelo Juiz Eleitoral da respectiva Zona.

Conto com a colaboração de meus nobres colegas para a aprovação desta proposição.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM MACEIÓ,**  
\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2016.



**JÓ PEREIRA**

**Deputada Estadual**